

# Considerações a respeito da atualidade do conceito de totalitarismo em Hannah Arendt

Nerione Nunes Cardoso Jr.

## Sumário

1. Introdução. 2. A concepção arendtiana do totalitarismo. 3. O desenvolvimento do capitalismo, a sociedade de massas e o totalitarismo. 4. O risco contemporâneo do ressurgimento do totalitarismo. 5. Considerações finais: totalitarismo asiático?

*“O perigo é que uma civilização global (...) possa produzir bárbaros em seu próprio seio por forçar milhões de pessoas a condições que, a despeito de todas as aparências, são as condições da selvageria.”*

*Hannah Arendt*

## 1. Introdução

Passado meio século desde a sua publicação (1951), pode-se questionar sobre a atualidade conceitual de um dos mais importantes livros sobre política do século XX: *Origens do Totalitarismo*, da pensadora alemã Hannah ARENDT (1908-1975). Nos parágrafos finais daquela obra, na parte dedicada à análise do governo totalitário, a autora adverte que a

“[...] crise do nosso tempo e a sua principal experiência deram origem a uma forma inteiramente nova de governo que, como a potencialidade e como risco sempre presente, tende infelizmente a ficar conosco de agora em diante, como ficaram, a despeito de derrotas passageiras, outras formas de governo [...] monarquias, repúblicas, tira-

Nerione Nunes Cardoso Jr. é Analista Legislativo do Senado Federal, economista e mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília.

nias, ditaduras e despotismos” ( 2000, p. 531).

Mas quais são os motivos pelos quais Hannah ARENDT considera o risco do totalitarismo sempre presente? Para o entendimento dessa questão, necessita-se primeiramente precisar o conceito arendtiano de totalitarismo para em seguida explicitar-se as condições políticas que engendraram essa forma de governo. Como será apresentado adiante, ARENDT aponta para o surgimento da sociedade de massas como condição primeira e *sine qua non* para a emergência do fenômeno totalitário, que possui na destruição da esfera pública, *locus* da política, a sua consequência derradeira.

## 2. A concepção arendtiana do totalitarismo<sup>1</sup>

Na concepção arendtiana, o totalitarismo é uma forma de governo que se distingue da tirania e da ditadura por almejar a politização completa de todas as dimensões da vida humana: num aparente paradoxo, a hipertrofia da esfera política destruiria as esferas pública e privada da sociedade, aniquilando a espontaneidade e a capacidade de iniciativa dos indivíduos por meio do terror imposto pelo domínio político-policial. A ideologia totalitária é a imagem invertida da concepção arendtiana da política como ação em conjunto baseada na liberdade, na pluralidade humana, no poder dialógico não-violento e na igualdade de participação na vida pública (*isonomia*): além de perseguir a destruição do mundo comum, o totalitarismo ambiciona impor uma nova e única concepção da realidade, inclusive pela eliminação de qualquer realidade rival não-totalitária. Por meio da propaganda, o movimento totalitário apresenta uma visão sistêmica e coerente do mundo, substituindo, pela generalização, a realidade pela ficção: o verdadeiro propósito da propaganda totalitária não reside na *persuasão* e sim na organização das massas mediante a construção de uma sempre presente conspira-

ção mundial ameaçadora (no caso do totalitarismo estalinista, a conspiração capitalista para derrotar a revolução socialista; no caso do totalitarismo nazista, a conspiração judaica para dominar o mundo) (cf. ARENDT, 2000, p. 409-411, 442).

No entender de ARENDT, as etapas prévias e sucessivas à implantação do governo totalitário seriam: a primeira diz respeito à destruição dos direitos civis da população, *matando a pessoa jurídica do homem*, etapa em que parcelas da sociedade ficam excluídas da proteção da lei; a seguir, a destruição da pessoa moral do homem, corrompendo toda a solidariedade humana; e, por último, a destruição da individualidade humana. As duas últimas etapas, destruição das pessoas moral e de sua individualidade, envolvem aquilo que a pensadora alemã considera como a essência do movimento totalitário: o reino do terror consubstanciado nos campos de concentração, fabricação de cadáveres, que ocorreu fora do sistema jurídico preexistente.

O terror, essência do domínio totalitário pela força, toma “o lugar das leis positivas” e assume, nos “massacres administrativos organizados pelo aparelho de Estado” (ARENDT, 2000b, p. 317), a sua forma mais acabada: nos campos de concentração e de extermínio, “fábricas de cadáveres”, objetivava-se eliminar a própria espontaneidade humana, transformando os homens em “animais que não se queixam” pela imposição científica do sofrimento, que almejava destruir a psique dos prisioneiros. O campo de concentração seria a “verdadeira instituição central do poder organizacional totalitário” (cf. ARENDT, 2000, p. 489). As massas humanas internadas são tratadas como se já não existissem, como se já estivessem mortas, o que leva à aceitação da morte como consequência natural de todo aquele processo. Não há nada que se possa comparar a esse horror organizado, de total inutilidade econômica, ausente de aparentes propósitos, o que concedeu aos campos de concentração a impressão de uma louca irreali-

dade. Os internos eram considerados absolutamente supérfluos do ponto de vista da sociedade (cf. ARENDT, 2000, p. 491-495). Nas palavras de Hannah ARENDT, “podemos dizer que esse mal radical surgiu em relação a um sistema no qual todos os homens se tornaram igualmente supérfluos”, pois tanto algozes como vítimas assim se consideravam, (cf. ARENDT, 2000, p. 510). Não obstante, ARENDT esclarece que “terror não é o mesmo que violência”; o terror é a forma de dominação que surge após a destruição da política pela violência (cf. ARENDT, 2001a, p. 43).

No livro *Eichman em Jerusalém*, ARENDT evidenciou de maneira mais completa que aquela fabricação de cadáveres se deu de forma organizada, impessoal, explicitando outra característica da modernidade, que a seu ver serve de base para o governo totalitário: a burocracia, *o governo de ninguém* racionalmente organizado. O extermínio sistemático e organizado de milhões de judeus pelo regime nazista, a Solução Final, não foi considerado, por ARENDT, conseqüência da monstruosidade dos responsáveis, mas sim classificado, a partir do julgamento de Eichmann, coordenador nazista da emigração forçada dos judeus, como “banalidade do mal”.

O “mal” perpetrado pelos nazistas foi banal não no sentido de ser trivial, mas sim porque eles simplesmente, ao cumprirem as suas obrigações burocráticas, teriam reproduzido uma internalizada (condicionada) incapacidade de pensar com conseqüências morais: “o problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais” (ARENDT, 2001b, p. 299); a intrincada máquina burocrática de extermínio “havia sido planejada e aperfeiçoada em todos os detalhes”, revelando que o genocídio perpetrado pelos nazistas era uma política deliberada de Estado, utilizando-se da moderna racionalidade administrativa, e não um ato isolado de um grupo

de sádicos: “Eichmann contou que o fator mais potente para acalmar a sua própria consciência foi o simples fato de não ver ninguém, absolutamente ninguém, efetivamente contrário à Solução Final” (ARENDT, 2001b, p. 132-133). Para a consecução do genocídio racionalmente planejado, o totalitarismo nazista utilizou-se de uma bem organizada burocracia, fato também reconhecido por Norbert ELIAS (1997, p. 274): “comparada com os *progroms* e os procedimentos militares, essa nova forma de extermínio [campos de extermínio] significou um avanço da racionalização e da burocratização”.

ARENDT faz questão de ressaltar e atualizar a relevância da característica de “governo de ninguém” da burocracia:

“Hoje poderíamos acrescentar a última e talvez mais formidável forma de tal dominação[do homem pelo homem]: a burocracia, ou o domínio de um sistema intrincado de departamentos nos quais nenhum homem, nem um único nem os melhores, nem a maioria, pode ser tomada como responsável, e que deveria mais propriamente chamar-se domínio de Ninguém” (2001a, p. 33).

“Claro que é importante para as ciências políticas e sociais que a essência do governo totalitário, e talvez a natureza de toda burocracia, seja transformar homens em funcionários e meras engrenagens, assim os desumanizando” (2001b, p. 312-313).

Hannah ARENDT revela aqui suas preocupações quanto à ameaça embutida nas modernas organizações burocráticas com relação à redução dos indivíduos a meras “peças de engrenagens”, acirrando a apatia política e a conseqüente deturpação do *senso comum* mediante redução de incapacidade de percepção dos semelhantes (empatia).

Os assassinatos em massa perpetrados pelos nazistas se deram sob a tutela do Estado: mais do que “obedecer ordens”, Eichmann, que era o coordenador do remaneja-

mento das populações judias no leste europeu, obedecia às leis da Alemanha nazista; todavia, o que Hannah ARENDT (2000b, p. 65) acrescentou de novo no debate sobre os crimes nazistas não diz respeito à questão da “obediência devida”, tema que centralizou os debates durante os julgamentos de Nuremberg, mas sim à perda do *sensu commun* da sociedade alemã durante o governo nazista: “E a sociedade alemã de 80 milhões de pessoas se protegeu contra a realidade e os fatos exatamente da mesma maneira e estupidez que agora se viam impregnados na mentalidade de Eichmann [...] a prática do auto-engano tinha se tornado tão comum, quase um pré-requisito moral para a sobrevivência”.

Teria faltado a Eichmann e seus comparsas a capacidade de julgar (no sentido de discernimento) e de empatia perante a redução dos homens à sua condição animal por conta dos campos de extermínio do totalitarismo nazista: “uma falha mais específica, e também mais decisiva, no caráter de Eichmann era sua quase total incapacidade de olhar qualquer coisa do ponto de vista do outro” (ARENDT, 2000b, p. 60). Para Hannah ARENDT, a capacidade de julgar “é uma faculdade especificamente política”, donde pode-se concluir que o “mal” que motivou Eichmann foi resultado de uma deformação política, de uma espécie de condicionamento, e não de uma deformação psicológica.

Mas quais seriam as raízes históricas dos acontecimentos que ARENDT afirma terem conduzido à “cristalização” do totalitarismo nazista e estalinista?

### 3. O desenvolvimento do capitalismo, a sociedade de massas e o totalitarismo

Hannah ARENDT (2001, p. 78) afirma que nos primórdios do capitalismo ocorreu uma concentração de poder e de riqueza advinda das expropriações de terras, que negou aos camponeses de então a *propriedade privada de um pedaço de terra neste mun-*

*do*; neste momento, deu-se a ascensão do social, isto é, o surgimento de uma multidão de despossuídos, economicamente supérfluos, e “a transformação da preocupação individual com a propriedade privada em preocupação pública”. Os proprietários remanescentes passaram a demandar uma proteção pública para a preservação de suas propriedades, as questões econômicas invadiram a esfera pública e os governos se transformaram em grandes administrações burocráticas. As atividades privadas ligadas ao acúmulo de riquezas, até então limitadas à esfera privada, passam a ditar as questões da esfera pública, minando o mundo comum e prenunciando a decadência da política. A esfera social, que “não era nem privada nem pública”, tomou forma na política no moderno Estado-nação com o aumento da complexidade e interdependência dos agentes econômicos: as comunidades políticas passaram a ser vistas como uma grande família, “cujos negócios diários devem ser atendidos por uma administração doméstica nacional e gigantesca” (ARENDT, 2001, p. 37), e as esferas privadas da família e a esfera política não guardariam mais o distanciamento que apresentavam na Antiguidade<sup>2</sup>. Esta esfera emergente, a social, caracterizou-se por uma “irresistível tendência” de expansão, de “devorar as esferas mais antigas do político e do privado, bem como a esfera mais recente da intimidade”, em razão do aumento da produtividade ocasionada pela divisão do trabalho e pela mecanização (cf. ARENDT, 2001, p. 55, 57). Em outras palavras: as questões econômicas invadiram a esfera pública, progressivamente reduzindo a política ao trato de interesses privados, despolitizando assim o próprio domínio público.

Com o advento do capitalismo comercial, o *homo faber* tende a isolar-se com o seu trabalho, na produtividade do *fazedor de objetos* e convicto de que “[...] qualquer assunto pode ser resolvido e qualquer motivação humana reduzida ao princípio da utilidade” (ARENDT, 2001, p. 318). O utilita-

rismo e o trabalho passam a ser *os critérios últimos para a vida e para o mundo dos homens*, concorrendo para a reificação do mundo. A lógica dos meios e fins passa a reger as relações sociais. Dedicados exclusivamente à produção de objetos, os homens renunciam à ação, à participação política, em prol das atividades econômicas privadas.

Com o advento do capitalismo industrial, Hannah ARENDT aponta para a preponderância do *animal laborans*<sup>3</sup>: o processo de automação, a substituição de instrumentos e utensílios de trabalho por máquinas, implica a *perda efetiva de toda individualidade e identidade*. A sociabilidade dos homens que labutam em conjunto baseia-se na uniformidade ditada pelo ritmo biológico. O operariado passa a compor uma sociedade de massas, de indivíduos isolados e portadores de uma mentalidade alienada em face do mundo. A contração da esfera privada em razão da expansão da esfera social, o reino das necessidades econômicas, leva o indivíduo atomizado, *arremessado para dentro de si mesmo, e não de encontro ao mundo que o rodeava*, a buscar refúgio em sua intimidade introspectiva. A sociedade de operários substitui a ação em conjunto (iniciativa) pela fabricação, agudizando a degradação da política na Era Moderna. A sociedade competitiva de consumo, etapa madura do capitalismo, *gerou apatia e até mesmo hostilidade em relação à vida pública*, tanto para as camadas exploradas como para os próprios membros da burguesia (cf. ARENDT, 2000, p. 363).

No entender de Hannah ARENDT (2000, p. 530), a solidão, *experiência diária de massas cada vez maiores* na modernidade, *prepara os homens para o domínio totalitário*. Essa seria a condição primeira para a forma de governo totalitária, condição que predomina em grande parte de nossa atual civilização: desemprego (estrutural) em massa e crescimento populacional, redundando numa crescente multidão de pessoas economicamente supérfluas. Outra condição apontada

pela autora, e que seria decorrência natural da anterior, seria a *concomitante eliminação da solidariedade grupal* e conseqüente atomização social: “Pois nada foi tão fácil de destruir quanto a privacidade e a moralidade pessoal de homens que só pensavam em salvar suas vidas privadas” (2000, p. 388). Portanto, soma-se o excessivo individualismo consumista à apatia política. Afinal, o termo massa, na definição de Hannah ARENDT, constitui o conjunto da *maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes*.

Mas tais condições seriam necessárias, porém não suficientes para o surgimento do movimento totalitário. Nesse ponto cabe uma distinção importante feita por ARENDT entre movimento totalitário e governo totalitário: o primeiro seria possível a partir de massas supérfluas (desempregados e miseráveis); o segundo, por sua vez, exige grandes massas, originadas a partir da destruição das classes sociais, numa escala suficiente para que o terror do extermínio de parte da população não resulte na inviabilidade econômica do governo: “Somente onde há grandes massas supérfluas que podem ser sacrificadas sem resultados desastrosos de despovoamento é que se torna viável o governo totalitário [...]” (2000, p. 361). Portanto, nos deparamos aqui com um problema de escala, tamanho de população e de desnecessidade econômica de grande parte da mesma. Sobre a Alemanha nazista, Hannah ARENDT afirma que “[...] foi só durante a guerra, depois que as conquistas do Leste favoreceram grandes massas e tornaram possíveis os campos de extermínio, que a Alemanha pôde estabelecer um regime verdadeiramente totalitário” (p. 36). No caso da Rússia, a autora esclarece que a coletivização forçada do início dos anos de 1930 viabilizou a transformação estalinista da ditadura “herdada” de Lênin num movimento totalitário, com a criação de um Estado policial e de seu sistema de *gulags* (campos de internação e trabalho forçado de “dissidentes” políticos)<sup>4</sup>.

#### 4. O risco contemporâneo do ressurgimento do totalitarismo

Mas essa análise arendtiana do risco contemporâneo do totalitarismo confirmou-se? Após o ciclo de expansão econômica do pós-guerra, nos deparamos, desde os anos de 1970, com circunstâncias que implicaram a superfluidade crescente de parcelas significativas da população mundial. Ora, a crise econômica mundial de 1973, disparada pela guerra do petróleo, aliada à terceira revolução industrial, a da microeletrônica, concorreram no sentido da drástica redução da oferta dos postos de trabalhos (desemprego estrutural, gerado pelo tipo de tecnologia adotada, intensiva em capital e poupadora de mão-de-obra). Ainda dentro do último quarto do século passado, ocorreram sucessivas crises financeiras internacionais que levaram à adoção de políticas monetaristas neoliberais, impondo o encolhimento do papel econômico e social dos Estados (crise do *Welfare State*). O mais grave ainda, dentro da lógica da presente análise, foi a “crise de ajustamento” por qual passaram e ainda passam os países menos desenvolvidos, gerando um grande fluxo migratório de populações miseráveis em busca de melhores oportunidades de vida (desenraizamento social), acrescido de inúmeras crises políticas nesses mesmos países. A descolonização africana, sucedida de inúmeras guerras tribais, a crise das economias latino-americanas e o fim da União Soviética, que provocou o acirramento da grave situação socioeconômica da Europa do Leste, são ingredientes que engrossam a multidão de despossuídos em escala mundial. As recentes imagens de navios mercantes sobrecarregados de refugiados albaneses, vagando pelo Mediterrâneo em busca de um porto seguro na Europa, remetem-nos à odisseia dos judeus apátridas que no pós-segunda guerra atravessaram aquele mesmo mar rumo à Palestina.

O processo de urbanização acelerou-se em quase todos os países, especialmente nos

mais pobres, causando a explosão populacional na forma de megalópoles (Cidade do México, São Paulo, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Lagos, Cairo, Manilla, Mumbai, Pequim, etc.) e o conseqüente fenômeno de atomização social.

Além do mais, pode-se concordar plenamente com Hannah ARENDT no que diz respeito à crescente apatia política (os altos índices de abstinência eleitoral são um bom indicador), e até mesmo desprezo pela atividade política, reinante nas sociedades de consumo dos países mais ricos, fator que concorre para a fragilização do espaço público (situação na qual agora poderíamos incluir os países “emergentes” – a Argentina é um bom exemplo –, diante dos efeitos perversos da globalização econômica).

Não estaríamos assistindo, a partir desse quadro, à reedição das condições que engendraram a desnecessidade econômica em grande escala de massas humanas? Em *origens do Totalitarismo*, Hannah ARENDT (2000) destacou a importância da crise econômica alemã dos anos de 1920 (hiperinflação e desemprego persistente) e da crise soviética do início dos anos de 1930, que provocou a morte, por fome, de milhões de pessoas, como fatores preponderantes na “fabricação” de massas humanas atomizadas e supérfluas.

Para Hannah ARENDT, a superfluidade econômica crescente das massas populacionais é considerada uma ameaça à esfera política, tanto pelo seu aspecto de grandeza numérica, que inviabiliza a participação política direta nos negócios públicos, como pelo desenraizamento social dos indivíduos atomizados, que, desvinculados de qualquer tipo de organização pública, tornam-se mais manipuláveis politicamente, detentores de uma “inclinação quase irresistível na direção do despotismo, seja o despotismo pessoal ou o do governo da maioria”; tais características políticas das modernas sociedades de massas contra-põem-se à experiência das cidades-estados gregas antigas, cujo funcionamento políti-



co, assentado na ação e no discurso livres, “só poderia sobreviver se o número de cidadãos permanecesse restrito”, opinião dos gregos da época: “quanto maior é a população de qualquer corpo político maior é a probabilidade de que o social, e não o político, constitua a esfera pública” (ARENDR, 2001, p. 52). Todavia Hannah ARENDR esclarece que o convívio na sociedade de massas se tornou insuportável não devido ao grande número de pessoas abrangidas, mas pela estranheza provocada pelo declínio de um mundo comum (esfera pública). “Pois uma sociedade de massas nada mais é que aquele tipo de vida organizada que automaticamente se estabelece entre seres humanos que se relacionam ainda uns aos outros mas que perderam o mundo outrora comum a todos eles” (ARENDR, 2000a, p. 388). Como sumariza Hygina B. de MELO, “quanto maior o número de pessoas aglomeradas [...] maior a preeminência do social sobre o político. Em suma, a primazia do econômico significa a sujeição do homem moderno a um condicionamento e a uma domesticação crescente” (MELO, 1990, p. 49).

Apesar do crescimento dos partidos xenófobos de extrema-direita em vários países europeus, abertamente posicionados contra a presença de imigrantes terceiro-mundistas em seus territórios (trabalhadores irregulares, os *sem-papéis*), não se acredita que tais sinais políticos redundem no surgimento de movimentos totalitários. Até mesmo os genocídios perpetrados na África subsaariana, nos últimos 30 anos, não apontam no sentido de formação de governos totalitários: infelizmente, tratam-se de eventos recorrentes na história daquele continente, marcados pelo massacre de inúmeras tribos em guerra, fato agravado pela descolonização e o fim de fronteiras artificialmente criadas pelos países europeus. A “limpeza étnica” perpetrada pelo exército sérvio durante a fragmentação da ex-Iugoslávia remete-nos a essas guerras tribais africanas. Ditaduras africanas, e mesmo algumas experiências populistas e militares la-

tino-americanas, enquadrariam-se naquilo que Arendt classifica como tirania e/ou ditadura, formas de governo bem diferenciadas da novidade totalitária<sup>5</sup>. Em todas as situações acima, a despeito da existência de massas humanas “supérfluas” e da formação de “governos policiais”, ideologias totalitárias não se desenvolveram, ideologias essas que almejam o domínio político total e a imposição de uma visão única da realidade.

Mas onde estaria então a pertinência contemporânea da reflexão arendtiana sobre o risco totalitário?

### 5. Considerações finais: *totalitarismo asiático?*

Na própria obra *Origens do Totalitarismo* encontra-se a resposta sobre o risco contemporâneo do surgimento do totalitarismo. Nas palavras de Hannah ARENDR (2000, p. 361):

“O regime totalitário encontra ambiente assustadoramente favorável nas áreas de tradicional despotismo oriental como a Índia ou a China, onde existe material humano quase inesgotável para alimentar a máquina de poder e de destruição de homens que é o domínio total, e onde, além disso, o sentimento de superfluidade do homem da massa [...] prevalece há séculos no desprezo pela vida humana.”

A autora provavelmente escrevera tais linhas sob o impacto da então recente revolução comunista chinesa (1949) e dos conflitos sangrentos decorrentes da independência política da Índia (1947: disputas entre hindus e muçulmanos). Com relação à Índia, suas preocupações totalitárias não se cumpriram: pelo contrário, desde a sua independência, a Índia vive sob o regime democrático.

Foi no caso da China que a situação política mais se aproximou da definição arendtiana de governo totalitário, fato que Hannah ARENDR (2000, p. 341) mesmo

viria a reconhecer mais tarde, no prefácio que escrevera à reedição de 1966 de *Origens do Totalitarismo*: “Mais séria ainda é outra questão: um estudo do totalitarismo pode ignorar o que aconteceu e está acontecendo na China? Aqui o nosso conhecimento é ainda menos seguro do que era em relação à Rússia dos anos 30 [...]”; ARENDT completa, sobre a Revolução Cultural que se iniciava naquele ano de 1966, que seus objetivos e métodos lhe escapavam (p. 342).

Os acontecimentos que se sucederam na China continental deram razão àquele sentimento de Hannah ARENDT; sem dúvida alguma, durante a Revolução Cultural (1966-1976), inúmeras medidas adotadas pelo regime comunista nos remetem ao período estalinista da história política soviética: perseguição, prisão e extermínio de milhões de pessoas, inclusive com a criação de campos de concentração e trabalho forçado, culto do líder, mobilização de massas supérfluas (milhões de estudantes que não puderam ser alocados nas universidades e que foram incorporados na Guarda Vermelha (cf. CALVOCORESSI, 1996, p. 135-139) por meio de uma ideologia totalitária (onipresente “livrinho vermelho” do camarada Mao) que almejava preservar a revolução comunista contra os revisionistas internos (milhões de inocentes) e externos (comunistas não-maoístas do resto do mundo, principalmente os da União Soviética). De maneira muito semelhante a Stalin, Mao Tsé-Tung (Mao Zedung) promoveu sucessivos expurgos dentro do partido comunista, eliminou a oposição e estendeu sua perseguição política a amplas parcelas “inocentes” da população. Os que sobreviveram aos linchamentos e assassinatos foram enviados para trabalho de reeducação nas zonas rurais do país. A Revolução Cultural impôs o reino do terror na China, substituindo a ditadura comunista pelo governo totalitário. Felizmente a China encontrou novos rumos reformistas (políticos e econômicos) após a morte de Mao e a instauração do governo de Deng Xiaoping (falecido em 1997), que abriu

novamente o país para o exterior mediante uma “economia socialista de mercado”.

Talvez também pudéssemos incluir a experiência do governo comunista do Khmer Vermelho (1975-1979), no Cambodja, no rol das bárbaras experiências totalitárias dentro da esfera do despotismo oriental, conforme o conceito arendtiano: afinal, foi perpetrado um genocídio de milhões de cambojanos, a criação de campos de extermínio e um governo de massas supérfluas dominadas pelo terror. Quiçá a Coréia do Norte, em seu confronto com a hegemonia norte-americana, não enverede pelo mesmo caminho... e nem reedite Hiroshima ou Nagasaki.

Hannah ARENDT estava correta na sua avaliação da persistência, no pós-segunda guerra, do risco de uma nova emergência do totalitarismo na sociedade de massas contemporânea, mormente nos populosos e miseráveis países asiáticos, onde multidões podem ser rapidamente alçadas à condição de economicamente supérfluas e de atomização social, agora sob o impacto do capitalismo globalizado e do desemprego tecnologicamente imposto por reformas desestruturantes de cunho neoliberal<sup>6</sup>, um ingrediente a mais no “caldo de cultura” para o “ovo da serpente”<sup>7</sup>. A competitividade interpessoal que caracteriza o individualismo consumista aliada ao declínio da solidariedade humana e à desvalorização da política como atividade capaz de solucionar os graves problemas contemporâneos aglutinam-se à superfluidade da multidão de descontentes e socialmente desenraizados no sentido de criar um clima propício à emergência do fenômeno totalitário.

Vale lembrar que para ARENDT (2001a, p. 52-53) o sacrifício da liberdade política e do estado de direito não se justifica em nome de um combate à pobreza ou à injustiça social, pois nesse caso a política deixaria de ser um fim em si mesmo, tornando-se passível de instrumentalização para qualquer objetivo do momento, lógica utilitarista de meios-e-fins que fundamentou ideologicamente a utilização política da violência pe-



las revoluções modernas, sob o pretexto de resolverem, sem sucesso, a questão da miséria das multidões. Em outras palavras, calcadas no propósito de livrar os trabalhadores do jugo da exploração econômica, tais revoluções trouxeram em seu bojo uma ameaça à liberdade humana, subsumindo a política às questões econômicas; esse último fato, a redução economicista da política, também ocorre no âmbito das doutrinas liberais, circunstância pela qual, segundo ARENDT, paradoxalmente Adam Smith e Karl Marx se aproximariam.

Por fim, os espectros de Auschewitz e dos gulags lamentavelmente ainda rondam a nossa atual civilização, em que a política é vista assentada no poder-dominância e na lei hobbesiana do mais forte, concepção essa que predomina na tradição do pensamento político, como bem demonstrou Hannah ARENDT ao longo de sua obra. O seu conceito sobre o totalitarismo nos revela a sombria região do terror em que as ideologias políticas da extrema-esquerda e da extrema-direita se encontram.

### Notas

<sup>1</sup> Esse item é um resumo do capítulo 4.3 da dissertação de mestrado do autor deste artigo, CARDOSO JÚNIOR (2003).

<sup>2</sup> Vale comparar essa análise arendtiana do Estado moderno, em que sua principal atividade diz respeito ao trato das questões econômicas, com a definição de Max Weber (1999, p. 530): “O Estado moderno, do ponto de vista sociológico, é uma ‘empresa’, do mesmo modo que uma fábrica: precisamente esta é sua qualidade historicamente específica”. Ora, essa definição weberiana assemelha-se bastante com a concepção arendtiana da emergência da esfera social na esfera pública, e conseqüente trato dos negócios públicos como se uma grande família fosse. Para uma análise mais detalhada da questão da esfera pública no pensamento de Hannah ARENDT, ver CARDOSO JÚNIOR (2003).

<sup>3</sup> ARENDT, baseada na classificação aristotélica das atividades humanas, considera que, enquanto dedicado apenas às atividades de sobrevivência biológica, o homem seria um *animal laborans* (cf. CARDOSO JÚNIOR, 2003, p. 11-13).

<sup>4</sup> No entendimento de Hannah ARENDT, umas das principais distinções entre o totalitarismo estalinista e o nazista era que o primeiro perseguiu inclusive os próprios companheiros revolucionários, tão bem exemplificados pelos históricos julgamentos políticos de Moscou dos anos de 1930 e 1940, enquanto o nazismo não. Poderia-se dizer que a revolução soviética “devorou seus criadores”, principalmente após a dissolução dos soviets e a concentração total do poder na cúpula do partido bolchevique, ainda sob a liderança de Lênin.

<sup>5</sup> A autora esclarece que o domínio total ocorre sob o comando da polícia secreta, e não do exército. Dessa maneira, seria um erro conceitual classificar como totalitários os regimes militares autoritários que se instalaram na América Latina a partir dos anos de 1960.

<sup>6</sup> Curiosamente a ideologia liberal deu ensejo a uma doutrina contemporânea com pretensões ao “pensamento único”, a concepção do “fim da história” de Francis Fukuyama, que advoga a hegemonia universal da democracia liberal após a queda do muro de Berlim.

<sup>7</sup> Filme (1979) do cineasta sueco Ingmar Bergman a respeito do surgimento do nazismo na sociedade alemã.

### Bibliografia

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: 10. ed. Forense Universitária, 2001.

\_\_\_\_\_. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000b.

\_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000a.

\_\_\_\_\_. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. *Sobre a violência*. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001a.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CALVOCORESSI, P. *World politics since 1945*. 7<sup>th</sup> ed. Londres: Longman, 1996.

CARDOSO JÚNIOR, Nerione Nunes. *O declínio da esfera pública no pensamento de Hannah Arendt*. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília. 2003.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MELO, Hygina Bruzzi de. A dissolução do político: morte e vida do espaço público. *Síntese Nova Fase*, n. 49, p. 29-53, v. XVII, abr./jun. 1990.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* Max Weber. v. 2. Brasília: UnB, 1999.